



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE – UNIBH  
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Fabício Melquíades Pimentel**

**A NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS NA BOLÍVIA E A  
PETROBRÁS: UM TEMA DE POLÍTICA EXTERNA**

Belo Horizonte, MG - Brasil

2010



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE – UNIBH  
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Fabício Melquíades Pimentel**

**A NACIONALIZAÇÃO DOS HIDROCARBONETOS NA BOLÍVIA E A  
PETROBRÁS: UM TEMA DE POLÍTICA EXTERNA**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário  
de Belo Horizonte (UNIBH) como requisito  
necessário a obtenção do título de Bacharel  
em Relações Internacionais

Orientador: Danny Zahreddine

Belo Horizonte, MG - Brasil

2010

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador e professor Danny Zahreddine, por ter me ajudado a lapidar esta ideia e que por sorte tive o privilégio de assistir suas aulas das quais a ansiedade pela próxima aula era sempre recompensada maravilhosamente.

Aos meus pais e minha irmã pelo inabalável apoio, confiança depositada em mim, amor único e perfeito.

Aos meus primos, amigos e familiares por acreditarem em mim, sempre me apoiando e tornando a vida mais leve.

A todos os professores e colegas de graduação, que contribuíram para o meu desenvolvimento e crescimento intelectual.

A Olga, por seu amor sincero, atenção, pelas doces palavras de apoio e incentivos para seguir em frente.

## **Resumo**

Este artigo trata da crise vivida entre o Brasil e a Bolívia com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos iniciada pelo então presidente Evo Morales e busca analisar os fatores históricos e o contexto na época para entender o porque de tal ação e suas conseqüências para o Brasil, em especial como a estatal brasileira Petrobrás, entendendo como a política externa de um país pode impactar em outro. Percebemos que a política externa pode ser utilizada como instrumento desenvolvimentista e fator importante para buscar os interesses defendidos.

## **Abstract**

This article deals with the crisis experienced between Brazil and Bolivia with the nationalization of Bolivian hydrocarbons initiated by President Evo Morales. We wanted to analyze the factors and the historical context to understand why such action and its consequences for Brazil. Especially how Brazilian state-owned Petrobras was affected in this process, knowing how the foreign policy of one country can impact on others. We realize that foreign policy can be used as a developmental tool and an important factor to look after the interests defended.

## Introdução

No ano de 2005 foi eleito para presidente da Bolívia com a maioria dos votos um representante dos grupos indígenas e cocaleiros chamado Evo Morales. Um ano depois, ele iniciou um processo de nacionalização das riquezas bolivianas e em especial dos hidrocarbonetos, alegando que o tempo que a Bolívia era explorada e deixada de lado havia passado, seguindo aspirações desenvolvimentistas lutaria para fazer com que o progresso e a evolução se tornassem presentes em solo boliviano. A opção de nacionalização das riquezas estatais é algo presente Relações Internacionais . Em determinadas épocas o contexto mundial contribuiu para atitudes e ações que em períodos diferentes as mesmas não seriam possíveis ou então seriam muito difíceis de serem postas em prática. No início do século XXI ainda existem estados e nações que pretendem alterar, para melhor, seu *status* tanto internamente como internacionalmente. Os estados que já passaram por suas revoluções e períodos de tensão não se surpreendem caso outros também o façam ou ao menos tentem, buscando alcançar também a categoria de 'país desenvolvido'.

Todavia, hodiernamente os estados estão cada vez mais conectados e interdependentes, fazendo com que suas ações reflitam, positivamente ou não, nos outros Estados conectados nessa rede. Essa interdependência<sup>1</sup> muitas vezes reduz a possibilidade de um Estado tomar determinadas atitudes sem considerar todos os atores que possivelmente seriam afetados por suas ações, o que se traduz em uma maior segurança entre os países no que tange ao confeccionar tratados, acordos e parcerias e que os compromissos firmados serão respeitados e cumpridos. A interdependência complexa compreende que conforme os Estados estejam mais interligados, por meios de acordos, parcerias e garantias de segurança, os tratados firmados serão mais respeitados, facilitando a cooperação entre os Estados envolvidos (KEOHANE; NYE: 1989).

Aliado a isto com o aumento do número de instituições e organizações internacionais de diversos propósitos e áreas de interesse, cresce também a expectativa de que as resoluções de problemas e tomadas de decisão sejam feitas

---

<sup>1</sup> KEOHANE, R.; NYE, J. Power and Interdependence. 2nd ed. Harper-Collins Publishers, 1989.

de forma multilateral. Essa convergência de expectativas é tratada por Krasner (1982) e Young (1980), e caracterizada como regimes internacionais. Entende-se por regimes um conjunto de normas, regras, princípios e procedimentos de tomada de decisão, passam a serem feitos cooperativamente e sobre uma mesma expectativa dos atores internacionais.

O ocorrido entre o Brasil e a Bolívia, tema central deste estudo, foge das premissas citadas acima dos regimes internacionais<sup>2</sup> e da interdependência complexa<sup>3</sup>, porque não houve preocupação sobre como as partes envolvidas seriam afetadas, considerando apenas o lado boliviano.

A crise iniciada em 2006 com a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos repercutiu em diversos países, principalmente naqueles cujos investimentos se direcionavam para a Bolívia, em específico para a extração de gás e petróleo. O Brasil sendo um dos cinco maiores países do mundo em extensão, possui uma grande área fronteiriça e estando na América do Sul faz fronteira com boa parte dos países nela existentes. Devido aos diversos assuntos relacionados às fronteiras entre Brasil e Bolívia, os quais trataremos durante o artigo, é natural que os dois países tenham um elevado contato e relacionamento.

A estatal petrolífera brasileira Petrobrás, ao longo dos anos investiu e se instalou na Bolívia. Acordos e parcerias foram firmados entre os dois países para que a mesma pudesse extrair os hidrocarbonetos bolivianos, vendê-los tanto para a Bolívia quanto para o Brasil, utilizando de sua avançada tecnologia na área. Para tanto milhões de dólares foram investidos pela Petrobrás em pesquisa, desenvolvimento, sustentabilidade e sociedade na Bolívia<sup>4</sup>. Quando Evo Morales decretou a nacionalização dos hidrocarbonetos, ele desconsiderou os acordos até então firmados e todas as conseqüências para as empresas que extraíam recursos lá como para a própria Bolívia. Isto, criou uma situação bastante difícil e delicada de negociação entre os dois países, em especial entre o congresso nacional do Brasil, a opinião pública brasileira e o governo boliviano. O presidente Lula procurou de diversas formas negociar com a Bolívia, utilizando da diplomacia e negociação,

---

<sup>2</sup> KRASNER, S. *International Regimes*. Ithaca: Cornell University, 1982. YOUNG, O. "International regimes: problems of concept formation". *World Politics*, 32 (3): 331-356, april 1980.

<sup>3</sup> KEOHANE, R.; NYE, J. *Power and Interdependence*. 2nd ed. Harper-Collins Publishers, 1989

<sup>4</sup> Para mais ver: Petrobrás – Bolívia; Informe Social: 2006.

intermediados pelo Itamaraty buscou-se uma solução amigável da situação, não atuou de forma rígida como era esperado pela sociedade brasileira, mas conseguiu acordar soluções para o problema<sup>5</sup>.

Buscamos entender determinados aspectos que de alguma forma possam se relacionar com a crise entre Brasil e Bolívia, tais como contexto histórico, relações anteriores, projetos de governo e grupos de interesses. O cerne da questão trata de uma mudança da política externa boliviana, utilizando da nacionalização dos hidrocarbonetos como instrumento de negociação, gerando uma crise o governo boliviano e o Brasil, onde a estatal brasileira Petrobrás, foi grande afetada. Situação esta causada com a entrada de Evo Morales na presidência boliviana. Ele inicia tal processo, não se importando com as relações históricas entre Brasil e Bolívia.

Inicialmente entenderemos o histórico das relações entre Brasil e Bolívia, e os fatos mais relevantes nesse assunto. Depois compreenderemos como foi criada a Petrobrás, sua expansão internacional e o início da crise com a Bolívia. Será feita uma análise da mudança da política externa boliviana e os impactos disso na estatal brasileira e uma análise da participação da Petrobrás como instrumento da política externa brasileira. Discutiremos a função instrumental da nova política externa boliviana, suas metas almejadas e concluiremos que Evo Morales alterou as diretrizes da política externa, nacionalizando as riquezas bolivianas a fim de desenvolver o Estado, inserir a Bolívia em um outro patamar, não mais como um dos mais pobres da América do Sul, mas sim como um ator internacional com sua importância no sistema e merecedor de ser ouvido.

## **Histórico das Relações entre Brasil e Bolívia**

As relações entre Brasil e Bolívia remontam de muitos anos de acordos e conflitos. Desde o período imperial, na demarcação de fronteiras, passando pela importante questão do Acre e os diversos acordos feitos na questão energética entre eles até

---

<sup>5</sup> Para mais ver: A Bolívia, o Brasil e o gás. Nota técnica, DIEESE, n. 23, Maio, 2006.

os tempos atuais. O histórico boliviano nos remete ao processo de colonização e independência, das tensas relações entre as elites e os índios, além da forma inexperiente de se relacionar internacionalmente (Sólon:2009).

Os problemas de distribuição de terra e riquezas na Bolívia que vêm desde a sua colonização, impactam até os dias de hoje na vida da população local e suas conseqüências extrapolam até mesmo os limites fronteiriços da nação.

A região onde atualmente está a Bolívia foi colonizada pelos espanhóis no início do século XVI e desde então a população local foi oprimida quando não esquecida. Inicialmente a região pertencia ao Vice-Reino do Peru e mais tarde ao Vice-Reino do Prata, seu território sempre foi de interesse alheio devido ao grande número de riquezas. Suas grandes reservas de prata foram o estopim para o início da exploração dos recursos lá existentes devido o grande interesse da metrópole<sup>6</sup>. Posteriormente houve a exploração da borracha e o descobrimento de grandes reservas de lítio chamaram a atenção do mundo, nesse caminho descobriu-se também petróleo e enormes reservas de gás natural no território boliviano. As disputas relacionadas sobre os direitos de exploração de tantas riquezas, o interesse não somente nacional mas também estrangeiro de obter os lucros e benefícios oriundos dos recursos bolivianos, através de sua extração e comercialização. Talvez seja este um dos motivos porque os acontecimentos na Bolívia apresentam ou apresentaram um quadro permanente de conflitos<sup>7</sup>.

A independência boliviana só veio a acontecer no século XIX e foi liderada por Simón Bolívar, cujo movimento de independência realizado em toda a América latina e ajuda especial na região, lhe rendeu uma homenagem, dando seu nome ao novo país. O novo estado foi chamado inicialmente de República de Bolívar, entretanto algum tempo depois foi alterado para Estado Plurinacional da Bolívia.

Segundo Delgado de Carvalho (1959) “a situação de isolamento e contestação boliviana são resultados das próprias circunstâncias em que se deu a sua independência” (CARVALHO: 1959, p.329). Tal situação era inclusive anterior as suas perdas territoriais de 1884, quando com a derrota na Guerra do Pacífico para o

---

<sup>6</sup> Sólon, Pablo. Alguns elementos para entender a Bolívia. Diplomacia, Estratégia e Política nº9, 2009.

<sup>7</sup> Morales, Evo. Bolívia, fator de integração. Diplomacia, Estratégia e Política, 2006.



Chile, na qual este tomou a região de Antofagasta e a única saída para o mar de domínio boliviano (CARVALHO: 1959). A perda de Antofagasta e os problemas que impactam na Bolívia por não ter uma saída para o mar são fatores de discussão até os dias de hoje (MORALES: 2006). Além disso a perda da região do Chaco para o Paraguai afeta bastante a população boliviana, que acredita ter sido prejudicada e por fim a 'doação' do Acre para o Brasil, como os próprios bolivianos assim consideram e não a enxergam como uma negociação de territórios, como de fato foi. Discutiremos brevemente sobre isso adiante, pois estes assuntos constantemente instigam os bolivianos a questionar e rever os acordos feitos (CABRAL: 2007).

O Brasil sendo um país fronteiro à Bolívia e com grandes interesses nos recursos lá existentes sempre procurou se relacionar bem com o vizinho, sua diplomacia buscava uma interação pacífica e que pudesse beneficiar os interesses brasileiros (MUNTADA: 2008). Para tanto a diplomacia brasileira trabalhava em acordos e parcerias com o estado Boliviano, inicialmente acordos trabalhados por Alexandre de Gusmão sobre questões fronteiriças aumentaram as relações entre as duas partes que até então não eram independentes de suas metrópoles, posteriormente acordos sobre recursos e outros assuntos foram defendidos por importantes representantes brasileiros, tais como o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa (CARVALHO: 1959).

Nesse sentido um dos fatores que mais aumentou as relações entre Brasil e Bolívia, tanto com benefícios como para problemas, foi a questão do Acre e os interesses sobre a borracha que estavam envolvidos.

A questão acreana se deu no final do século XIX e início do século XX, tratava de uma série de conflitos e disputas para obter o domínio do Acre, que recebia um grande número de brasileiros que se deslocavam para lá atrás da borracha e dos grandes seringais. Os governos brasileiro e boliviano tentaram negociar sobre a soberania regional, contudo ainda houve lutas armadas e conflitos entre nacionais de ambos os lados.

Nesse período de negociação, o governo boliviano fechou um acordo com um grupo de investidores norte americanos e europeus que estava interessado no Acre e na borracha lá existente. Com esse acordo o grupo estrangeiro fez uma espécie de

arrendamento da região e que lhe garantiria plenos poderes para gerenciá-la, como exploração e até mesmo questões de segurança, podendo ter uma polícia sob as ordens do mesmo patrulhando a região, tal grupo foi chamado de *Bolivian Syndicate*<sup>8</sup>.

Quando o grupo começou a atuar na região, o Brasil pressionou o vizinho para que houvesse o cancelamento do contrato e acordo feito com o grupo estrangeiro. A posição do governo brasileiro era bastante vulnerável, pois contrariava as pretensões de três potências mundiais daquela época: França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Mesmo assim, a resposta brasileira, logo depois desse acordo foi proibir a navegação no rio Amazonas aos navios estrangeiros, e até mesmo aos próprios barcos bolivianos, suspeitando de que os norte-americanos se acobertavam sob sua bandeira para penetrar e se instalar na região. Alegou que tal intromissão no território afetaria soberania das duas nações e que poderia ser causadora de maiores conflitos<sup>9</sup>.

A política externa brasileira (PEB) teve grande atuação na questão Acreana, com a capacidade de negociar e alcançar bons resultados para o Brasil, foi-se criando um histórico de bons resultados da PEB, ganhando peso em assuntos internacionais e mediações de problemas no sistema internacional (CARVALHO: 1959).

Com a intromissão das grandes potências e a formação do *Bolivian Syndicate* com o apoio boliviano, a atuação do Brasil foi ainda mais firme e desta forma as soluções para o problema foram trabalhadas em direção de um acordo (CABRAL: 2007). Um dos primeiros atos para um acordo foi a reabertura da navegação do Rio Amazonas o que solucionava em parte o problema boliviano de continentalidade e comunicação marítima. Na visão do diplomata Barão do Rio Branco, a abertura da navegação não era apenas uma decisão política para beneficiar a Bolívia e resolver seu problema

---

<sup>8</sup> *Bolivian Syndicate of New York*, companhia que recebera os direitos da exploração da borracha na região (concessão feita, em 1901, pelo governo de La Paz aos norte-americanos para que os E.U.A assegurassem proteção à Bolívia). Consistia numa companhia formada com capital de investidores europeus e norte-americanos, mas predominantemente americano, com inspiração nas companhias de cartas "*Chartered Companies*" que grassaram na Ásia e África no final do século XIX, início do século XX, com o objetivo de arrendar as Terras do Acre para a exploração gumífera entre outras atividades, pelo prazo de 30 anos. O sindicato teria poderes de polícia, arrecadação fiscal e tarifária, administração portuária e alfandegária e poderia criar força armada para defesa do território, conforme descreve Leandro Tocantins. TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre. Vol II. 4. ed.* Brasília. Gráfica do Senado. 2001. p. 29-57.

<sup>9</sup> TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre, Vol. I. 4ª. Ed.* Brasília: Senado Federal. 2001.

de mediterraneidade<sup>10</sup>, mas, sobretudo, proporcionaria a integração do comércio que também iria beneficiar o Brasil (CABRAL: 2007).

As negociações entre Bolívia, Brasil e o *Bolivian Syndicate* fluíam relativamente bem e o grupo aceitaria sair com o pagamento de uma indenização de 110.000 libras esterlinas como preço de sua desistência. Para alguns bolivianos o *Bolivian Syndicate* os havia traído e não viam naquela negociação algo bom para a Bolívia. Contudo a verdade era que a diplomacia brasileira havia protegido os interesses mais sinceros da Bolívia (CARVALHO: 1959).

Pouco tempo depois foi assinado o Tratado de Petrópolis que acordaria a situação do Acre e as resultantes para ambos os países. No seu primeiro artigo, determinava os limites entre o Brasil e a Bolívia e as transferências territoriais que haviam sido acordadas, como a passagem de grande parte do Acre para domínio brasileiro e a transferência de posse de um pequeno território brasileiro para a Bolívia; em seu artigo II regulamentava os atos administrativos resultantes das transferências de territórios como ditava o primeiro artigo; o artigo III fixava em dois milhões de libras esterlinas a indenização que o Brasil deveria pagar à Bolívia pela não equivalência dos territórios transferidos. Os demais artigos tratavam sobre comércio e navegação e a construção de uma estrada de ferro entre Santo Antônio no rio Madeira e Guajará Mirim no Mamoré, tal estrada seria conhecida mais tarde como Madeira – Mamoré e custaria a vida de muitos brasileiros, contudo não entraremos em detalhes sobre este episódio para não desviar o foco do objeto (CARVALHO: 1959).

Sobre o Tratado de Petrópolis, o Barão do Rio Branco assim o apresentou ao então presidente Nilo Peçanha:

O Tratado de Petrópolis é, em grande parte a restauração de nossos verdadeiros limites no sul, a que tínhamos direito pela projeção de nossa jurisdição ao longo dos rios e segundo a orientação da marcha do povo brasileiro na conquista das matas desertas. Não se pode, conseqüentemente, dizer, como os que defendem a tese peruana, que compramos o Acre à Bolívia, que adquirimos o título espanhol que a Bolívia tinha sobre essa região. O que fizemos foi resgatar, mediante indenização o título português ou brasileiro que cedêramos à mesma Bolívia pelo Tratado de 1867. (Barão do Rio Branco citando Clóvis Beviláqua: 1909)

---

<sup>10</sup> Entende-se por mediterraneidade uma situação na qual um determinado Estado não possui saídas para o mar, sendo o seu território em sua totalidade cercado pelo continente, também compreendido como continentalidade. Para mais ver: BONFIM, Uraci Castro. Geopolítica. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2005.

As relações entre os dois países se estreitavam e era desejo de ambas as partes aumentá-las, assim, em 1928 foi firmado mais um acordo de parceria, que ficou conhecido como o Tratado de Natal. Tal tratado buscava reforçar as diretrizes firmadas em Petrópolis e aumentar os laços de amizade<sup>11</sup>. Anos depois, seria discutido entre Brasil e Bolívia assuntos referentes ao petróleo, gás e formas de exploração destes, em acordo que pudesse beneficiar ambos os países. Para tanto foram criados os Acordos de Roboré, em 1958, que também eram atualizações do tratado de 1938<sup>12</sup>, no qual à época o Brasil ainda não possuía a Petrobrás e a Bolívia com a derrota da Guerra do Chaco cria a YPF para tratar dos hidrocarbonetos bolivianos.

Para o governo da Bolívia, a aproximação com o Brasil era necessária com vistas a evitar que outros vizinhos usurpassem ainda mais a soberania boliviana, cujo território fora diminuindo pela voracidade dos países fronteiriços, numa série de conflitos ocorridos desde o século XIX, como a já citada perda territorial para o Paraguai, assim como para o Chile e também para o Peru (VILARINO: 2006).

O receio de intervenção estrangeira na Bolívia e na busca de segurança e parceria com o Brasil, o embaixador boliviano no Rio de Janeiro emitiu a seguinte nota para o Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, em La Paz:

Sin entrar en los detalles que contiene ya esa nota, me limito ahora a hacer constar que, mediante el tratado sobre vinculación ferroviaria, sin sacrificio territorial alguno se asegura la construcción del ferrocarril a Santa Cruz, obteniendo del Brasil no sólo el pago del millón de libras esterlinas que adeuda a Bolivia, sino también el préstamo de la cantidad necesaria para terminar esa importantísima obra, que a la vez que contribuirá a la transformación del oriente boliviano, servirá para interponer los intereses políticos y económicos brasileños, como una cuña frente al absorcionismo paraguayo-argentino. [E, ainda, com receio do Paraguai devido ao conflito no Chaco]: [...] Desde luego, mediante el acuerdo sobre petróleos, Bolivia asegura su riqueza petrolífera, poniéndola a cubierto de la ambición paraguaya [...]" También, com medo do imperialismo argentino: "[...] documento único dentro de la tradición diplomática del Brasil, esas notas, que contaron con la aprobación del ejército brasileño – cuyo Estado Mayor fué oportunamente consultado – no solo señalan por primera vez la mediterraneidad de Bolivia como un problema continental, sino que constituyen una evidente garantía para la integridad territorial de nuestro país – sobre todo del Departamento de Santa Cruz, amenazado por el naciente imperialismo del Plata – dando iniciación a una política de

<sup>11</sup> Para mais ver Fronteiras e Limites do Brasil em: <http://www.info.lncc.br/bohist.html>.

<sup>12</sup> Os tratados de 1938 foram acordados entre o Brasil e a Bolívia para assuntos de extradição e cooperação neste sentido entre os dois países; também tratava de vinculação ferroviária e saída e exploração do petróleo, aumentando a integração e as relações entre ambos.

seguridad colectiva que, semejante a la creada en favor de Suiza, pero sin las desventajas de la neutralización de ésta, permita a Bolivia desenvolver sus actividades y realizar su progreso libre de toda amenaza y peligro exteriores<sup>13</sup>.

Tal parceria entre Brasil e Bolívia buscava integrar mais os dois Estados, o Brasil tinha um grande interesse em explorar os recursos bolivianos e utilizá-los para seu desenvolvimento e a Bolívia queria segurança contra possíveis intervenções estrangeiras. O Brasil deixaria de lado o americanismo devotado aos Estados Unidos da América e se lançaria como ponto de apoio e cooperação para os países sul-americanos, os quais passavam por duros problemas e mudanças internamente e necessitavam de um auxílio mais próximo e rápido. Do outro lado do acordo, a República da Bolívia enxergava a situação como a melhor das piores, pois dado que ela não tinha capacidade para se garantir soberana e a necessidade de ajuda era inevitável, que fosse feito então um acordo com algum país que não oferecesse risco em potencial, amarrando-o a regras e estipulando normas que regulamentassem as relações entre os países. Sendo assim o Brasil parecia uma boa oportunidade tendo em vista sua tradição pacificadora e a já tradicional habilidade da diplomacia brasileira (VILARINO: 2006).

Os acordos de Roboré em 1958 acordavam sobre a exploração do petróleo e gás bolivianos, sendo feita pela Bolívia somente a exigência de que apenas empresas brasileiras fizessem tal exploração, era o começo de uma parceria energética que perduraria até o século XXI (VILARINO: 2006). Devido aos problemas internos que o Brasil passava e que resultariam mais tarde no golpe militar, foi natural que houve conspirações contra os Acordos de Roboré oriundas dos opositores e aspirantes ao governo.

Os atos internacionais de Roboré compreendiam: dois convênios de comércio e cooperação econômica e técnica visando estimular o intercâmbio e facilitar as exportações e importações entre Brasil e Bolívia; três convênios de tráfico e trânsito livre, terrestre e fluvial; quatro convênios para o estabelecimento de portos francos e entrepostos de mercadorias bolivianas nos portos brasileiros de Corumbá, Porto Velho, Belém e Santos, sendo que uma nota reversal apresenta uma zona franca no

---

<sup>13</sup> Comunicado reservado da Embaixada da Bolívia no Brasil para o Ministério das Relações Exteriores em La Paz. 11 de julho de 1938, páginas 1, 2 e 3.

porte de Manaus; um convênio de intercâmbio cultural destinado a fomentar o estudo das línguas, culturas, histórias e geografias dos dois países. Além disso, foram assinadas vinte Notas Reversais relativas à Comissão de Limites, à Ligação Férrea Corumbá - Santa Cruz, ao Tráfego Mútuo e Intercâmbio de material, à criação de uma filial do Banco do Brasil em La Paz e ao Petróleo (CARVALHO: 1959). Os Acordos de Roboré tratavam de delicados assuntos referentes ao petróleo e gás, sua exploração e beneficiamento.

Desta forma fora dividida a área de exploração entre a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e a Petrobras, sendo a parte A destinada ao usufruto da estatal boliviana e a área B para a brasileira, ainda que continuasse sendo território boliviano. A Bolívia concordava em vender e o Brasil em comprar todo o gás produzido na parte B, ilustrado na figura 1 abaixo pelos pontos 1 e 2, destinado exclusivamente ao uso em mercado brasileiro ao limite de cem mil barris diários, sendo que o excedente desta quota poderia ser comercializado em outros mercados. Também o Brasil se responsabilizaria por construir a infra-estrutura para a exploração e transporte dos hidrocarbonetos, e para tanto o Brasil receberia petróleo cru e gás como pagamento. A YPFB deveria firmar acordos com empresas brasileiras, indicadas pelo governo brasileiro, para a comercialização de derivados do petróleo. (CARVALHO: 1959)



Figura 1. (PETROBRÁS: 2007)

Sobre a assinatura dos Acordos de Roboré nosso chanceler, Teixeira Soares, defendeu sua importância e também do gás como elemento complementar aos acordos sobre petróleo. Inclina-se, então, a demonstrar os benefícios do uso do gás no Brasil ao governo brasileiro (GUILHERME: 1959, p.17).

### **Contexto de criação da Petrobrás, expansão e a explosão da crise com a Bolívia.**

Nas décadas de vinte e trinta do século XX, o mundo passava por grandes mudanças e se recuperava da primeira guerra mundial. Os principais países do mundo enfrentavam dificuldades financeiras e existiam ainda resquícios da guerra para os derrotados, como pagamento de altas multas, proibição de exército e isso criou um sentimento de mágoa entre as nações.

No Brasil durante a década de trinta ocorreram mudanças muito significativas em todo o país. Logo no início da década Getúlio Vargas e outros políticos fizeram a revolução de trinta no país, acabando com a então já fraca República do Café com Leite e defendendo o interesse pela industrialização do Brasil. A revolução de trinta se deu por um anseio ao desenvolvimento e industrialização, Vargas e seus aliados defendiam a industrialização do país como essencial para seu crescimento, não estavam mais satisfeitos com a condição agroexportadora do Brasil com produtos de baixo valor agregado sendo o carro chefe das exportações nacionais<sup>14</sup>. Assim como no restante do mundo o período do Entre Guerras despertou nas nações o desejo de se desenvolver, se industrializar e poder ter no mundo um importante espaço. Esse desenvolvimento almejado, inclusive pela população e suas diversas classes sociais, foi instigado e trabalhado pelo forte nacionalismo de Vargas<sup>15</sup>.

O nacionalismo discutido na década de trinta refletia as discussões nacionalistas que aconteciam na Europa, como ocorreu na Alemanha, Itália e Espanha. A situação

---

<sup>14</sup> MUNTADA, Vieira Isabella – A internacionalização de Petrobrás para a América do Sul: um tema de política externa – Tese de Mestrado apresentada ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). 2006.

<sup>15</sup> MUNTADA, Vieira Isabella – A internacionalização de Petrobrás para a América do Sul: um tema de política externa – Tese de Mestrado apresentada ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). 2006.

favorável ao nacionalismo contribuiu para os planos de Vargas de se manter no poder, ele também se focou na popularização das metas de desenvolvimento, o que durante o período de seu governo conseguiu aumentar as taxas de crescimento e o número de investimentos<sup>16</sup>.

Aliado ao forte nacionalismo e o desejo da população de desenvolvimento do país, os militares também tiveram importante participação na formação da ideia de criação de uma empresa petrolífera, que fosse capaz de suprir o país energeticamente e dar capacidade de negociação frente a outros Estados (MUNTADA: 2006). Na época o abastecimento energético era bastante complicado tanto no que tange ao processo prático como também burocrático, um país em processo de industrialização precisava de muita energia para manter suas máquinas, e a perspectiva de crescimento e desenvolvimento só aumentava a certeza de que os gastos com energia aumentariam (MUNTADA: 2006). Além disso, ter o controle de fontes energéticas e a capacidade de geri-las de acordo com os interesses da nação dava a qualquer país detentor de tal vantagem um poder de negociação e garantidor de soberania do Estado<sup>17</sup>. Com o desenrolar e o fim da Segunda Guerra Mundial, a noção de poder e de que o Brasil precisava se desenvolver ficou bastante clara para a maioria da população brasileira, tanto civil como militar.

As complicações referentes a dependência energética do país, os receios oriundos das disputas de riquezas na Europa causaram descontentamento nacional com a situação brasileira frente ao petróleo, assim após 1945 foi debatido e defendido com fervor a necessidade do Brasil possuir uma indústria petrolífera para o usufruto dessas riquezas, não deixando-as sobre a exploração de capitais estrangeiros. Assim sendo os militares, a sociedade civil e os políticos pró governo trabalharam para que fosse criada uma empresa estatal que cuidasse exclusivamente do petróleo, riqueza essa que foi descoberta no Brasil em 1939 no estado da Bahia (MUNTADA: 2006).

Em 1945 os brasileiros estavam cansados do racionamento e do mercado negro do petróleo. Os proprietários dos novos carros e caminhões precisavam de gasolina; os industriais exigiam mais óleo combustível; os

---

<sup>16</sup> MUNTADA, Vieira Isabella – A internacionalização de Petrobrás para a América do Sul: um tema de política externa – Tese de Mestrado apresentada ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). 2006.

<sup>17</sup> BARROS, Evandro Vieira de. A Matriz Energética Mundial e a competitividade das nações: bases de uma nova geopolítica. ENGEVISTA, v. 9, n. 1, p. 47-56, junho 2007.



viajantes dos trens suburbanos queriam meios de transporte mais freqüentes e baratos; e as linhas aéreas internas faziam planos de expansão. A necessidade de combustível aumentava à razão de 16 por cento ao ano e a mecanização rápida levou os brasileiros de todas as camadas sociais a sentirem de perto o problema do petróleo. O que havia começado como exigência reprimida, transformou-se numa questão política. Desta vez, entretanto, as decisões sobre o petróleo não eram tomadas as portas fechadas, mas diante do Congresso restaurado e sensível à euforia do pós-guerra, em face de uma política aberta e de participação. Uma abertura em direção às companhias de petróleo foi tentada, e posta de lado. E, embora o problema do petróleo permanecesse sem solução, em 1949, a nação ao final da segunda fase tinha um novo lema, “o petróleo é nosso”, que resumia a nova política do petróleo. (WIRTH, 1973, p. 139)

Uma empresa sob o controle do governo e que cuidasse de uma fonte energética tão importante como o petróleo, seria capaz de inserir o Brasil em um outro patamar, ao nível de país produtor de energia e quiçá exportador, garantiria energia para o desenvolvimento do país e acabaria com a nossa vulnerabilidade em relação ao petróleo<sup>18</sup>, em resumo o país se tornaria mais forte no sistema internacional. O monopólio do controle da extração de petróleo era considerado fundamental para o país alcançar esse nível de desenvolvimento desejado, apesar de não possuímos o monopólio do refino e venda do óleo, o controle exclusivo da extração garantiria ao país a capacidade necessária para se tornar mais presente e participativo no sistema internacional (MUNTADA: 2006).

É importante notar que mesmo um elemento moral não esteve ausente dessa perspectiva. Sendo já bastante conhecida a natural estrutura do setor petrolífero e a trajetória política e econômica das multinacionais em países subdesenvolvidos, qualquer tipo de concessão exploratória significaria a “entrega” do país. Por outro lado, dada as conhecidas debilidades do capital nacional, qualquer proteção garantida pelo Estado à iniciativa privada poderia se transformar em um favorecimento escandaloso. Não restava outra alternativa senão o estabelecimento do monopólio estatal. (DIAS e QUAGLINO, 1993, p. 166)

Aos 3 de outubro de 1953 foi criada a empresa estatal para o petróleo, chamou-se Petrobrás. Empresa criada detentora do monopólio sobre a extração do petróleo, seria controlada por brasileiros, interessados no desenvolvimento do país e com suporte do governo. Apesar de ser grande o apoio da população e de diversos setores do país, a oposição a Vargas era contrária ao monopólio, afirmando que tal atitude afastaria os investimentos estrangeiros<sup>19</sup>. Entretanto, o apoio que o governo

---

<sup>18</sup> KEOHANE, R.; NYE, J. Power and Interdependence. 2nd ed. Harper-Collins Publishers, 1989.

<sup>19</sup> MUNTADA, Vieira Isabella – A internacionalização de Petrobrás para a América do Sul: um tema de política externa – Tese de Mestrado apresentada ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). 2006

possuía da sociedade civil e dos grupos industriais favoreceu a implantação da exclusividade brasileira sobre a extração petrolífera.

Não nos opomos, como se costuma insinuar, á vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham. Somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital monopolista. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue a interesses estrangeiros, deve ser explorado por brasileiros com organizações predominantemente brasileiras, e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado... (VARGAS, 196. P. 65)

Não obstante o impacto inicial da criação da Petrobrás, a empresa foi se desenvolvendo, enfrentou as crises do petróleo, graças aos bons resultados e altas taxas de crescimento, oriundos do “milagre econômico”. Apesar dos problemas de elevada inflação durante a segunda crise do petróleo, elevação do preço do barril e medidas protecionistas tomadas pelos países produtores, ações que dificultaram o pleno crescimento da empresa, anos depois, passados tais empecilhos a estatal passou a investir pesado em pesquisa e desenvolvimento, tornando-se posteriormente referência em tecnologia de extração da matéria-prima<sup>20</sup>.

Sua internacionalização iniciou-se em 1972 com a criação da Braspetro, uma subsidiária da Petrobrás que foi criada para contornar a falta de petróleo no Brasil e se introduzir no disputado mercado internacional (MUNTADA: 2006). Se fez parceira dos países produtores de petróleo que buscavam melhorar sua extração, como os do Oriente Médio e captando novos mercados na América do Sul. O sucesso das relações da Braspetro com os outros países foi considerado a tal ponto de que esses países desejassem a estatal como intermediadora de assuntos que lhes interessassem, como acordos com o governo brasileiro e questões comerciais.

Assim, foi pensado a criação de uma *trading company*, que fosse capaz de estimular o comércio, facilitar e aumentar as exportações e importações, aproveitando do poder de compra e peso da Petrobrás (MUNTADA: 2006). Com a tranquilidade derivada do monopólio e a experiência da Petrobrás em assuntos internacionais, a

---

<sup>20</sup> MUNTADA, Vieira Isabella – A internacionalização de Petrobrás para a América do Sul: um tema de política externa – Tese de Mestrado apresentada ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA). 2006

Interbrás foi criada, e em pouco tempo foi desenvolvida a maior estrutura de comércio exterior do país.

Tendo iniciado suas atividades sob a diretriz de exportar produtos tradicionais para mercados não-tradicionais e produtos não-tradicionais para mercados tradicionais, os produtos primários, processados ou não deveriam ocupar a parte principal de sua pauta de exportação nos primeiros anos. Afirmando-se como uma entidade coadjuvante à iniciativa privada, utilizando-se da presença da Petrobrás em vários países para abrir novos mercados, às exportações brasileiras, a Interbrás soube, contudo, construir uma estrutura bastante moderna em pouco tempo, montando uma rede de subsidiárias que operavam junto aos principais mercados (Nova York, Paris etc.) e nos paraísos fiscais do Caribe. (DIAS e QUAGLINO, 1993, p.186)

Na década de 1990 a Petrobrás se expandiu ainda mais, abriu-se um pouco para o capital estrangeiro, mas ainda sendo o capital brasileiro majoritário e se tornou presente inclusive em países da América do Sul e outras áreas do mundo, adquirindo empresas em diversos países expandindo sua presença pelo mundo. Em 1996 a empresa petrolífera brasileira Petrobrás fez um acordo com a Bolívia para a implantação de instalações brasileiras no país, a fim de extrair e processar os hidrocarbonetos que vinham das grandes reservas de gás existentes na Bolívia. Ao longo de vários anos a empresa brasileira negociou com o governo boliviano para tal parceria, mas somente em 1996 essa parceria pode ser posta em prática [LEROY; MALERBA; (orgs.): 2005].

Depois da implantação das refinarias na Bolívia, a Petrobrás criou programas de capacitação social para seus trabalhadores, sendo a grande maioria composta de bolivianos, para que os mesmos tivessem melhorias em suas vidas. Programas que abrangiam diversas áreas, como social, cultural, saúde, dentre outras [LEROY; MALERBA; (orgs): 2005].

Dez anos depois da instalação da Petrobrás na Bolívia, no primeiro semestre de 2006, Evo Morales iniciou um processo de nacionalização das reservas de gás bolivianas e de tudo o que encontrava aos arredores das mesmas. Isso causou grande tumulto tanto dentro do país como principalmente fora dele. Diversas empresas multinacionais foram nacionalizadas da noite para o dia, como empresas inglesas, americanas, francesas e é claro, a brasileira Petrobrás (MUNTADA: 2008).

Foi uma situação bastante tensa para a diplomacia brasileira, haja vista que, inicialmente, o governo boliviano não estava disposto a negociar e tão pouco retroceder em sua atitude. Como parte de um show e querendo chamar atenção tanto no âmbito interno como no externo<sup>21</sup>, o governo boliviano colocou tropas do exército em diversas áreas onde haviam reservas de gás no país, causando medo para os trabalhadores da estatal brasileira e gerando certo desconforto com o governo brasileiro. Há até hoje controvérsias sobre tal ação alegando que os “soldados” não passavam de figurantes e que queriam mesmo era passar uma imagem de que o exército estava presente, impondo assim autoridade e cautela (DIEGUES: 2008).

Tais ações eram apoiadas pelo governo venezuelano, principalmente por seu então presidente Hugo Chaves, Chaves dizia que a Bolívia deveria se firmar como Estado forte no continente sul americano e que deveria se livrar da dependência estrangeira, e se desenvolver (DIEGUES: 2008). O governo de Hugo Chaves procurando sempre intervir em assuntos sul americanos e querendo chamar atenção para si, viu em Evo Morales uma oportunidade de ter um parceiro em suas investidas e desejos, desta forma apoiou a atitude boliviana integralmente (DIEGUES: 2008).

Durante o período de nacionalização, diversas conversas entre o presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva, e Evo Morales aconteceram, Lula e o Ministério das Relações Exteriores tentaram de diversas maneiras, diplomáticas e pacíficas, alterar a situação instaurada, mas sem sucesso. A situação se agravou quando o embaixador brasileiro na Bolívia foi expulso pelo governo boliviano, sendo necessária um grande número de conversas para tentar restabelecer a situação amigável que perdurara até então entre os dois países (CABRAL: 2007). Com grande sucesso por parte da diplomacia brasileira e com interveniência de Chaves, a situação começou a tomar outros rumos, Evo decidira comprar as refinarias brasileiras lá instaladas, pagando a Petrobrás um valor que pudesse compensá-la das perdas. Tal pagamento foi negociado e feito com ajuda da Venezuela de

---

<sup>21</sup> DIEGUES, Consuelo. O índio contra o império. Revista Piauí. Editora Abril, 2007.

Chaves, e a situação entre Brasil e Bolívia começava a voltar ao normal (CABRAL: 2007)

Para a empresa brasileira restara um grande prejuízo de milhões e milhões de dólares investidos no país, como em infra-estrutura, capacitação de mão-de-obra, pesquisa e tecnologia, a figura 2 mostra como era a participação brasileira na Bolívia. O dinheiro pago à empresa referente à “compra” das refinarias não compensava a amplitude do prejuízo e do problema (BANDEIRA: 2006). Porém a mesma seguindo instruções do governo brasileiro e também atuando como grande empresa internacional que é, conseguiu perceber que apesar dos problemas, ainda haveria benefícios para si, partindo da capacidade de negociar e por seu peso no cenário internacional, os preços trabalhados poderiam ser melhor acordados, ela teria vantagens na compra e venda sobre empresas de outros países e isso já era considerado bastante interessante (MUNTADA: 2008).

## ATUAÇÃO DA PETROBRAS NA BOLÍVIA

### Investimento:

**US\$ 1 bilhão**

no período 1996-2004

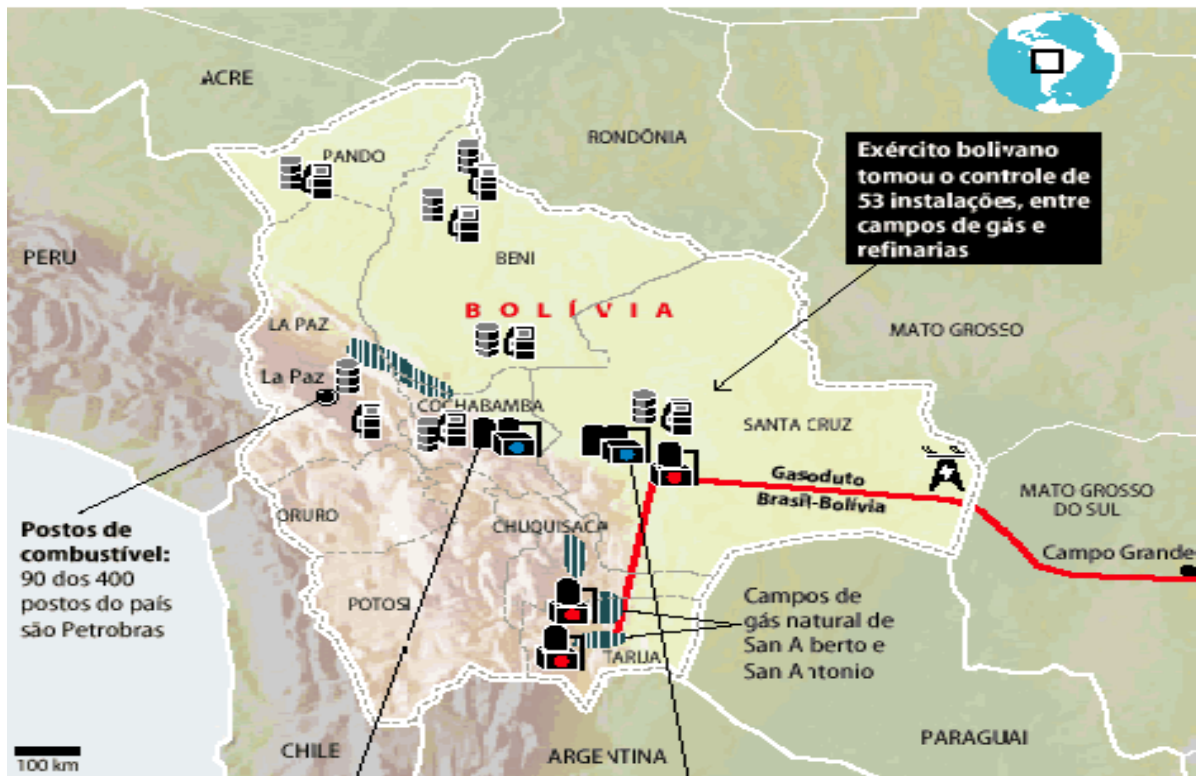
■ **Reservas:** 64 bilhões de m<sup>3</sup> de gás, ou 10% das reservas totais do país

CERCA DE

**15% do PIB**

da Bolívia advém da Petrobras

74% do gás natural consumido em São Paulo é importado da Bolívia



**Postos de combustível:**  
90 dos 400 postos do país são Petrobras

100 km

### REFINARIA

**GUALBERTO VILLARUEL**  
(Privatizada em dez.99)

■ **Principais produtos:**  
óleos, graxas, parafinas, lubrificantes

■ **Capacidade instalada:**  
40 mil barris/dia

Por decreto, sem negociação, o governo boliviano tomou para si metade de cada refinaria em operação no país

### REFINARIA

**GUILLERMO ELDER BELL**  
(Privatizada em dez.99)

■ **Principais produtos:** gasolinas automotrices, gasolina de aviação e óleo diesel

■ **Capacidade instalada:**  
20 mil barris/dia

### OUTRAS EMPRESAS PRESENTES NA BOLÍVIA

#### REPSOL-YPF (Espanha)

Oitava petroleira mundial, suas reservas no país são cerca de um terço do total da companhia, segundo analistas

#### BG (Reino Unido)

Parceira em dois grandes campos de gás, a empresa tem oito blocos de exploração que não começaram a produzir ainda

#### Total (França)

Produz gás em cinco campos — em um deles a Exxon Mobil tem participação de 34% e a British Gas, 25%

### A PRODUÇÃO DA BOLÍVIA

#### Reservas totais

**Gás:** 680 bilhões de m<sup>3</sup>

**Petróleo:** 460 milhões de barris

#### Produção

**Gás:** 6,72 bilhões/ano

**Petróleo:** 40 mil barris\*

\* 0,05% do total mundial

#### PIB (2005):

**US\$ 9 bilhões**

**Participação de petróleo e derivados:** 15%

Fontes: Petrobras, agências internacionais, CIA e Comgás

Figura 2. (FOLHA ONLINE: 2006)

## **Petrobrás como instrumento da Política Externa Brasileira**

Ao longo dos anos a Política Externa Brasileira passou por diferentes focos e se direcionou conforme interessava ao país e seus governantes. Cada qual utilizou de instrumentos e meios para buscar os objetivos planejados.

Passou pelo posicionamento pró Estados Unidos da América durante o período Dutra até Juscelino Kubitschek, depois pelo pragmatismo e busca por independência na Política Externa Independente entre 1960 a 1964, e durante as mudanças de governo e formas de governo no Brasil, a política externa brasileira sempre foi um fator importantíssimo a ser considerado (ALMEIDA: 2002). Nesse sentido, a Petrobrás desde seu início foi utilizada como instrumento chave no posicionamento nacional frente o sistema internacional. O monopólio sobre a exploração do petróleo, a capacidade de negociação, a articulação da empresa nos interesses tanto nacionais como de parceiros internacionais e o peso de ser uma empresa estatal fizeram da Petrobrás uma empresa importantíssima para os interesses brasileiros (MUNTADA: 2006).

A Petrobrás sendo atualmente uma empresa de capital aberto, mas majoritariamente de capital e controle brasileiro, defende os interesses do país em suas ações. Os grandes investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e capacitação, levaram a empresa ao patamar das maiores empresas petrolíferas do mundo (MUNTADA: 2006). Sua importância e capacidade de negociar são fatores decisivos nos acordos comerciais tratados e firmados. A empresa diversas vezes atuou e atua no cenário internacional defendendo seus interesses e o interesse nacional, guiados pelo governo brasileiro e servindo como um instrumento valioso de política externa<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> MUNTADA, Vieira Isabella – A internacionalização de Petrobrás para a América do Sul: um tema de política externa – Tese de Mestrado apresentada ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), 2006.

## Mudanças na Política Externa Boliviana e seus impactos no Brasil

Para entender a Bolívia de hoje é necessário voltar os olhos para a história desse país. Existem problemas que há mais de quinhentos anos continuam impactando na nação boliviana e suas relações internas e externas. Um território de constante rebelião, e a subida de Evo Morales ao poder boliviano é sinal de que as aspirações por mudanças podem ser de fato alcançadas (SÓLON: 2009).

Segundo o embaixador da República da Bolívia Pablo Sólón (2009) o presidente da Bolívia tem um significado muito pertinente para a América do Sul: “Evo Morales é a expressão de um profundíssimo processo de mudança que vem de longe e muito de dentro. É o termo de uma série de vetores confluindo para o coração da América do Sul”. (SÓLON: 2009, p. 20.)

As relações entre os dois países fluíam relativamente bem, mas, no ano de 2005, durante as campanhas eleitorais para o governo boliviano de 2006, um representante dos índios e dos cocaleiros<sup>23</sup> pregava em seus discursos a defesa dos recursos bolivianos e a correta utilização dos mesmo, a fim de que a Bolívia pudesse tirar o máximo proveito de suas reservas e pudesse se desenvolver (CABRAL: 2007). Morales, em seus discursos pregava o sentimento nacionalista, que este deveria despertar em seu povo e que juntos pudessem erguer seu país e tirar a Bolívia do subdesenvolvimento que vivia (CABRAL: 2007). Naturalmente, para evitar maiores problemas com forças políticas tanto no próprio Estado boliviano como fora dele, Morales dizia que gostaria de desenvolver a Bolívia, mas sem romper com os acordos feitos e que respeitaria todas os acordos firmados até então (MUNTADA: 2008).

A Bolívia foi um centro de integração nos velhos tempos da nossa história e ainda nos primeiros anos da invasão européia. Foi também território de separação, como fronteira espanhola contra o avanço português, e província disputada entre os vice-reinados da época colonial. De uma ou de

---

<sup>23</sup> Na Bolívia, o cultivo de coca é uma atividade agrícola que remonta costumes indígenas que já a empregam há séculos para fins medicinais e religiosos. Aqueles agricultores que cultivam a coca são chamados de cocaleiros. Para mais ver: DELGADO, Ana Carolina; GUSMÃO, Luiz Antônio. Erradicação forçada, desenvolvimento alternativo e movimentos cocaleiros: uma comparação das políticas de combate às drogas no Peru e na Bolívia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. Observatório Político Sul-Americano OPSA, 2007.



outra maneira, esta terra, que desce dos mais altos cumes andinos e desliza até as proximidades do grande Amazonas, é a chave indispensável de qualquer estratégia política que se desenvolva na região. (MORALES: 2006)

Morales considera as relações com o Brasil como positivas e as considera como convidativas ao diálogo e à integração. Apesar da pouca densidade demográfica na região, a qual é habitada em sua maioria pelas populações ribeirinhas, o vazio demográfico dificulta a exploração e o seu desenvolvimento, sendo pouco aproveitada mesmo possuindo riquezas naturais (MORALES: 2006).

Ainda para a Bolívia outro vizinho cujo as relações chama atenção, é o Chile, o qual a Bolívia o enfrentou e sempre os tem enfrentado, em uma relação tortuosa e complicada. Com a derrota na guerra do pacífico e a perda da região de Antofagasta e de sua saída para o mar, o governo boliviano vê como de extrema importância para o desenvolvimento boliviano a re-incorporação da região perdida e re-anexação da saída marítima ao território (MORALES: 2006).

Para Evo Morales as aspirações bolivianas mais intensas desejam anexação da região e sua volta aos domínios bolivianos, a fim de suprir a demanda do país e aumentar seu desenvolvimento (MORALES: 2006).

Para tanto, a República da Bolívia parte do zero em seu relacionamento exterior, deixando de lado ou jogando fora – conforme o caso – o que foi feito até então. O que se pretende é obter auxílio e apoio internacional para as causas bolivianas, ajuda em desenvolvimento a fim de que se possa beneficiá-la de alguma maneira, nesse sentido a política externa boliviana tem participação fundamental para os objetivos sejam alcançados (MORALES: 2006).

Como citado acima, era necessário uma mudança de postura da Bolívia frente ao Sistema Internacional e a forma de se relacionar internacionalmente. Sendo considerado um ponto importantíssimo à Bolívia, os hidrocarbonetos são uma fonte de renda muito relevante, e era preciso rever os acordos feito até então sobre sua exploração e uso. Assim sendo, foi iniciada uma nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, direcionando os benefícios da exploração em sua maioria para o Estado Boliviano, que poderia então utilizar as receitas oriundas dessa exploração para o desenvolvimento nacional. O posicionamento do governo boliviano em retomar as

reservas de hidrocarbonetos e de nacionalizar as empresas estrangeiras que mantinham investimentos na Bolívia na exploração de gás e petróleo, foi uma ação baseada no interesse desenvolvimentista nacional (CABRAL: 2007).

### **Frutos da nova Política Externa boliviana e metas para atingir**

Segundo Avila (2007) “as condições objetivas do contexto de produção e reprodução da vida no planeta nos obrigam a enfrentar o desafio de criar novos modelos e paradigmas nas relações internacionais” (AVILA: 2007, p.43).

Neste sentido a política externa boliviana foi direcionada pelo seu governo a buscar o desenvolvimento e o progresso da nação. Como a Bolívia sempre foi um país pobre e explorado (MORALES: 2006) sua vontade de crescer e progredir não seria nenhum empecilho para as, já grandes, potências (SÓLON: 2009). Assim sendo e considerando que as riquezas bolivianas ajudaram a financiar muitos países, a Bolívia compreendia que os países desenvolvidos do mundo deveriam ajudá-la nesse desenvolvimento e para tanto financiá-la nesse processo (AVILA: 2007).

Se aproveitando de um bom momento da economia internacional, o qual os lucros e investimentos batiam novos recordes constantemente e a maioria dos países passava por um bom período financeiro, a Bolívia percebeu que as diretrizes até então seguidas não mais bastavam para o seu desenvolvimento. Evo Morales seguindo seus planos de governo e os anseios dos que o elegeram, determinou novos horizontes e searas para serem buscadas por seu Estado. O momento vivido pela economia colaborava para dinamismos e ações arriscadas, pois não se sabia quando haveria uma crise econômica e nem a própria economia dava sinais de desaceleração (CATACORA: 2008).

Para participar deste próspero período mundial eram necessárias mudanças no que tangem ao modo de atuar bolivianos e em especial de sua política externa, se fazia necessário um novo modelo a seguir e trabalhar. No sentido de uma nova política

externa, a Bolívia se direcionou para trabalhar e melhorar suas atuações nos seguintes pontos expostos por Avila (2007).

- Diplomacia dos povos: desenvolver e focar no aumento das relações entre os povos, aumentando a integração entre eles e procurando entender distintos pontos de vista com diferentes modos de vida. Antepor os interesses da nação aos interesses de grupos setoriais e elites.
- Exercício efetivo da soberania: trabalhar na soberania do estado boliviano a fim de que ele seja capaz não somente de proteger os interesses do Estado mas também prospectar e contribuir para projetar novos modelos de mudança para a convivência harmônica em âmbito internacional.
- Diversidade cultural: aceitar e conviver pacificamente com as diversas etnias e culturas existentes no território, compreender que existem diferentes modos de vida e perspectivas de visão.
- Harmonia com a natureza: atuar nas relações internacionais de forma que haja uma ligação harmônica com a natureza, tendo em vista que a vida no planeta Terra depende de como se trata o planeta.
- Redução e superação das assimetrias: busca-se a complementaridade e a solidariedade acima de tudo, entendendo que deve-se tratar os desfavorecidos de forma diferenciada e cuidadosa, buscando equalizar os distintos níveis sociais.
- Revalorização da folha de coca: desmistificação de que a folha de coca em seu estado natural é uma droga, desenvolver pesquisas que apontem os efeitos benéficos dela em usos medicinais e nutritivos.
- Luta contra o narcotráfico: combate cerrado ao narcotráfico, evitando que as drogas continuem a atrapalhar o mundo e as vidas humanas, além do combate a produção excedente de folha de coca seja contrabandeada e vire cocaína.
- Reintegração marítima: com o fim da Guerra do Pacífico e a derrota para o Chile, a Bolívia declarou como objetivo permanente de sua política externa a reintegração marítima ao litoral do Pacífico, buscando apoio e consenso internacional para a causa boliviana.

- Diálogo Político: é necessário que seja trabalhado para melhorar o conhecimento mútuo, a relação da Bolívia com os outros países do mundo e mostrar a cultura boliviana, sendo capaz de angariar interessados em colaborar com seu desenvolvimento.
- Cooperação: será necessário desmistificar a idéia de colônia e ações neste sentido, negociar contra a imposição de receitas neoliberais e buscar um mecanismo de integração eficaz.
- Comércio e Investimentos: trabalhará para tornar mais prósperas as relações de intercâmbio comercial e de promoção de investimentos em solo boliviano, respeito as leis nacionais, assim como facilitar a internacionalização dos pequenos e médios produtores rurais e urbanos.
- Turismo: com a melhor propaganda da cultura boliviana, aumentar o conhecimento alheio sobre a Bolívia e promover o interesse sobre suas especificidades, como diversidade cultural, biodiversidade e histórico, sendo uma área do antigo Império Inca. A geração de novos empregos e recursos com o turismo será um fator de grande importância.

Conforme Avila (2007) expõe as diretrizes acima citadas, fica claro que os interesses bolivianos norteiam para o desenvolvimento de seu Estado, no que lhes é considerado importante e buscando uma integração internacional concreta, capaz de amparar as metas estipuladas e os percalços que possam vir a existir.

Após o início das mudanças da Política Externa da Bolívia em 2006, alguns bons resultados e melhorias já apareciam no cenário nacional, indicando que as mudanças estavam surtindo os efeitos esperados.

No que diz respeito a dados e estatísticas, o Produto Interno Bruto (PIB) boliviano cresceu 4,6% em termos reais em relação a 2005, a formação de Capital Fixo cresceu ainda em 2006 7,09% em relação ao ano anterior. As exportações líquidas cresceram 84,6% em 2006 também comparado ao ano anterior, este último graças aos melhores preços e volumes estipulados para o Brasil e a Argentina. Em 2007, a Bolívia obteve um superávit histórico, não observado a mais de 66 anos, recorde esse que alcançou superávit de 4,3%, oriundo da aplicação de um programa financeiro desenvolvido pelo Estado Boliviano (CATACORA: 2007).

Mantendo-se a política externa boliviana praticada, estima-se que já para o ano de 2011 índices como crescimento médio do PIB em 6,3%, sustentabilidade da dívida pública, redução da taxa de emprego de 8,7% para 4% e aumento na renda per capita de 4% sejam alcançados e possivelmente superados (CATACORA: 2007).

## **Conclusão**

Com a análise feita podemos perceber que o governo boliviano buscou desenvolver a Bolívia através de diretrizes trabalhadas por sua política externa, torná-la uma nação forte e que se tornasse capaz de caminhar com os próprios pés, inseri-la no Sistema Internacional como um ator relevante e que não seja mais oprimida perante as grandes potências.

Com a crise de 2006 e a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, o Brasil e os demais países que se relacionavam com a Bolívia, tiveram que se adaptar às mudanças e novos ditames da Política Externa boliviana, adequando-se aos desejos e interesses de uma nação que busca seu lugar ao sol. A maneira como a Petrobrás foi desenvolvida e direcionada para alavancar o Brasil no cenário internacional como ator importante, serviu de inspiração para que o governo boliviano praticasse em 2006 ações semelhantes às da década de 1950 pelo Brasil. A nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos foi uma ação derivada das novas diretrizes de sua política externa, ação esta que em conjunto das outras metas apresentadas neste artigo, tinham como objetivo o desenvolvimento nacional.

É possível entender que as aspirações bolivianas mais profundas se convergem para o desenvolvimento da nação boliviana, um desenvolvimento dinâmico e robusto, capaz de se encaixar nos moldes atuais. Busca-se usufruir dos recursos e riquezas existentes na Bolívia, os quais não são poucos, para direcionar e colaborar com tal desenvolvimento.

Se sentindo prejudicada durante séculos, a Bolívia quer ainda ajuda internacional, de todos aqueles que puderem ajudar e que tenham capacidades de cooperar com o

progresso deste país. Deseja se inserir no Sistema Internacional como um ator respeitável e altivo, capaz de ser ouvido e que possa batalhar por seus interesses. Com o peso e importância alcançado pela Petrobrás, como sua participação foi e é importante para a política externa brasileira, Evo Morales procurou fazer da estatal boliviana e das riquezas de lá uma chave para o desenvolvimento, conseguir mais voz e espaço no sistema internacional.

Evo Morales subiu ao poder e de forma arriscada tomou as decisões que seu governo considerou mais importantes para a Bolívia, sua forma de atuar em sua política externa afetou não só a Bolívia, mas também a todos aqueles que de uma forma ou de outra se relacionavam com ela, nessa rede de interdependência e globalização as políticas externas dos países possuem um papel importantíssimo nas Relações Internacionais, suas ações e maneiras de agir podem direcionar tendências e influenciar indivíduos, grupos e Estados.

A Política Externa se mostrou um instrumento fundamental para perseguir os interesses de cada nação. Percebemos que assim como o Brasil utilizou de sua política externa e a estatal Petrobrás para se desenvolver e ganhar reconhecimento internacional nos anos 1950; o governo boliviano se espelhou nesse episódio e em 2006 procurou seguir os mesmos passos, sua PEB fora trabalhada para ser um instrumento desenvolvimentista. Utilizando da política externa como ponto chave para alcançar seus objetivos, mostrando que este instrumento possui grande importância para qualquer país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais e política externa do Brasil: uma perspectiva histórica**. A Coruña: Imprensa da Deputación Provincial da Coruña, pp. 255-269, 2002.
- AVILA, Jean Paul Guevara. **Bolívia: processos de mudança e política externa**. Diplomacia, Estratégia e Política – Outubro/Dezembro: 2007.
- BARROS, Evandro Vieira de. **A Matriz Energética Mundial e a competitividade das nações**: bases de uma nova geopolítica. ENGEVISTA, v. 9, n. 1, p. 47-56, 2007.
- BONFIM, Uraci Castro. **Geopolítica**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2005.
- CABRAL FERREIRA, Célia da Cruz Barros – **O tratado de Petrópolis e a Petrobrás**: uma análise das relações Brasil-Bolívia à luz da teoria da dependência – Tese de Mestrado apresentada a UFSC, 2007.
- CARVALHO, Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- CATACORA, Luís Alberto Arce. **Economia da Bolívia**: diagnóstico e planos para 2008. Diplomacia, Estratégia e Política – Julho/Setembro: 2007.
- DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLIN, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da Petrobrás. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- DELGADO, Ana Carolina; GUSMÃO, Luiz Antônio. **Erradicação forçada, desenvolvimento alternativo e movimentos cocaleiros**: uma comparação das políticas de combate às drogas no Peru e na Bolívia. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. Observatório Político Sul-Americano OPSA, 2007.
- DIEESE. **A Bolívia, o Brasil e o gás**. Nota técnica, DIEESE, n. 23, Maio, 2006.
- DIEGUES, Consuelo. **O índio contra o império**. Revista Piauí. Editora Abril, 2007.

FOLHA ONLINE. **Atuação da Petrobrás na Bolívia.**  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107327.shtml> acessado às 01:55 do dia 18/06/10.

FRONTEIRAS E LIMITES do BRASIL. **Tratado de Natal Brasil / Bolívia:**  
<http://www.info.lncc.br/bohist.html> acessado às 15:45 do dia 18/06/10.

GUILHERME, Olympio. **Roboré – a luta pelo petróleo boliviano.** Rio de Janeiro: Livraria Frei Bastos, 1959.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence.** 2nd ed. Harper-Collins Publishers, 1989.

KRASNER, S. **International Regimes.** Ithaca: Cornell University, 1982.

LEROY, Jean Pierre; Malerba, Juliana (orgs.) - **Petrobras: ¿Integración o explotación?.** – Rio de Janeiro: Fase/Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2005.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA**  
<http://www2.mre.gov.br/daa/histboli.htm>, acessado às 18:25 do dia 22/06/09.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Evo e a questão com o Brasil.** Disponível em  
<http://www.espacoacademico.com.br/061/61bandeira.htm>, acessado às 15:45 do dia 17/05/09.

MORALES, Evo. **Bolívia, fator de integração.** Diplomacia, Estratégia e Política – Abril/Junho: 2006.

MUNTADA, Vieira Isabella – **A internacionalização de Petrobrás para a América do Sul:** um tema de política externa – Tese de Mestrado apresentada ao Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), 2006.

OJEDA, Igor. **Os planos de Evo Morales para mudar a economia boliviana.**  
<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/bolivia/a-busca-pelo-controle-da-economia>, acessado às 16:55 do dia 10/05/09.

PETROBRÁS – **Bolívia;** Informe Social, 2006.



PETROBRÁS – **Presença na Bolívia**, 2007.

SÓLON, Pablo. **Alguns elementos para entender a Bolívia**. Diplomacia, Estratégia e Política – Janeiro/Março : 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**, Vol. I. 4ª. Ed. Brasília: Senado Federal, 2001.

VARGAS, Getúlio. **A política nacionalista do petróleo no Brasil**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1964.

VILARINO, Ramon Casas. **Os Acordos de Roboré – Brasil, Bolívia e as questões de petróleo, desenvolvimento e dependência no final dos anos 1950**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

WIRTH, John. **A política do desenvolvimento na era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

YOUNG, Oran R. **International regimes: problems of concept formation**. World Politics, 32 (3): 331-356, 1980.